

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Projetos de extermínio indígena e expansão da fronteira em perspectiva transnacional: Estados Unidos e Argentina dentro da análise das correspondências de Miguel Malarin para Julio A. Roca (1876 - 1879)

Ana Carollina Pompeu

Pós-doutoranda em História, FFLCH/USP

anagpompeu@gmail.com

A eliminação dos espaços de liberdade dos povos nômades foi um fenômeno recorrente da modernidade ocidental. Processos de incorporação violenta de populações autóctones em diferentes partes do globo foram legitimados por visões similares e que impunham a necessidade de “civilizar” sociedades que se encaixavam no estigma da “barbárie”. Conceitos, práticas e discursos semelhantes, mas situados em diferentes localidades, relacionavam os espaços povoados por sociedades originárias como *res nullius* ou terra de ninguém, sujeitando-os à presença de colonizadores dos próprios territórios ou de estrangeiros.

Na América Latina, o longo processo de formação dos Estados contou com projetos de nação elaborados por elites intelectuais que definiram os componentes étnicos assumidos no corpo identitário dos novos países (HOLT, WADE, 2003, p. 3). Nesse sentido, os grupos indígenas tiveram seus locais sociais redefinidos, principalmente em países onde persistiam sociedades organizadas de forma independente do Estado. Na Argentina, distintos grupos étnicos resistiram aos processos de submissão decorrentes da colonização espanhola e, posteriormente, da independência, coexistindo de forma autônoma em espaços ainda não ocupados pelos argentinos, até a década de 1870. Na região do Pampa, ao sul de cinco províncias argentinas atuais (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Mendoza e San Luiz), além da região da Patagônia, a presença *criolla* limitou-se a enclaves de fronteira (NACUZZI, 2010, p. 11), a exemplo de fortes posicionados nas proximidades das populações indígenas, com o objetivo de demarcar a jurisdição do país e tentar avançar sobre esses lugares.

O aumento da presença *criolla* nas proximidades desses enclaves, levou à formação de uma região de fronteira, definida no século XIX como uma “fronteira

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

interna”, em oposição as fronteiras internacionais. Essa fronteira, no entanto, não correspondia a um limite entre duas sociedades opostas, conforme colocado por narrativas do período, a fim de justificar um avanço do espaço nacional sobre essas áreas. Estudos atuais consideram a área como um “espaço de fronteira” (Idem), em alusão a categoria de “zona de contato” da canadense Mary Louise Pratt (2008, p. 8), para melhor explicar a dinâmica de interação dessas fronteiras étnicas como “um amplo território sujeito a múltiplas transferências” (QUIJADA, 2002, p. 108). A fronteira interna, portanto, era uma fronteira fluida, pois intercâmbios entre índios e argentinos ocorriam continuamente e assumiam diferentes formas como o comércio, a miscigenação e a guerra (RATTO, 2015, p. 145).

As áreas indígenas do Pampa e da Patagônia eram consideradas herdadas da colonização espanhola pelos argentinos, por pertencerem à jurisdição do Vice-Reinado do Rio da Prata. Assim, os fortes estabelecidos no espaço de fronteira, visavam uma possível expansão que incorporasse definitivamente essas áreas. A primeira lei que representou a intenção de promover uma expansão nacional em direção aos territórios indígenas, foi datada de 1867,¹ embora a ocorrência da Guerra do Paraguai (1864 - 1870) tenha impossibilitado o desvio de tropas para a fronteira indígena no Pampa. Foi apenas com o governo do presidente Nicolás Avellaneda (1874 - 1879), que o Ministério de Guerra e Marinha adotou como primeiro objetivo, colocar em vigor a lei de 1867, procurando fixar a fronteira interna no rio Negro e avançar sobre as áreas indígenas do Pampa, iniciando a expansão para a Patagônia.²

O intento de incluir os espaços indígenas dentro da jurisdição estatal advém da necessidade de fechar as fronteiras internacionais e impedir a ocupação por potências estrangeiras (BANDIERI, 2009, p. 119-120). Além da questão de soberania implícita à ocupação territorial, o projeto de nação concebido pela intelectualidade argentina pressupunha modelos estéticos e simbólicos com origem na Europa, excluindo os elementos autóctones das representações de identidade. Ao construir a imagem dos índios como “bárbaros” e “selvagens”, justificavam-se os discursos de destruição dessas

¹ Lei número 215 que colocava que a fronteira interna deveria ser estabelecida no Rio Negro, norte da Patagônia argentina.

² Sobre a conquista do rio Negro como a “chave” para a conquista da Patagônia (ZEBALLOS, 2008, p. 29).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sociedades e colocava-se a possibilidade de expansão territorial como uma dinâmica inerente à construção de um Estado “civilizado” (NORONHA DE SÁ, 2012, p. 41).

Os ministros da Guerra do governo de Nicolás Avellaneda, Adolfo Alsina e, posteriormente, Julio Argentino Roca, foram responsáveis por operações militares no Pampa que enfrentaram a soberania do cacique Juan Calfulcurá, cujo *cacicado*³ ocupava a região de Salinas Grandes ao sul de Buenos Aires (chamados de *salineros* ou *chilenos*). Outras etnias do Pampa e do norte da Patagônia também foram alvos de políticas estatais na década de 1870, como os *ranqueles* e os *tehuelches* (BECHIS, 2006, p. 7). Os primeiros, habitavam a região central do espaço de fronteira, nas proximidades da província de Córdoba, e os principais caciques eram Mariano Rosas e Manuel Baigorritá. O grupo *tehuelche* tinha como principal cacique Feliciano Purrán e Valentín Saygüequé era o cacique representante dos *manzaneros*, na região que corresponde à província atual de Neuquén (VEZUB, 2009, p. 23; NACUZZI, 1998, p. 237).⁴ Outros grupos ligados aos caciques Juan Catriel e Cachul habitavam as reduções no interior dos espaços de fronteira e eram considerados “índios amigos” (JONG, 2011, p. 85).⁵

A reorientação das políticas contra os índios pelo Ministério da Guerra durante a década de 1870 resultou em posicionamentos cada vez mais agressivos. O principal objetivo de expandir o território para fixar uma nova fronteira interna no rio Negro, levou o ministro Adolfo Alsina a dividir as áreas de fronteira para facilitar a ação dos grupos militares, ao mesmo tempo em que construiu uma trincheira na região dos fortes mais próximos a Buenos Aires, chamada de *zanja* (ou foço) Alsina (DE MARCO, 2010, p. 467). Essa trincheira tinha a função de impedir que os índios adentrassem o Pampa com animais das fazendas argentinas após as recorrentes invasões chamadas de *malones*, enquanto o governo realizaria ataques as *tolderías*⁶ indígenas.

O posicionamento mais agressivo do Ministério da Guerra em relação aos índios também foi acompanhado de discussões sobre alternativas às ações do ministro Alsina, juntamente com os possíveis destinos que seriam dados a esses índios após as operações

³ Forma de organização política dos grupos étnicos chefiada por um ou mais caciques.

⁴ É necessário lembrar que essas denominações não são precisas, já que se tratava de grupos mestiços, com nomenclaturas externas e atribuídas pela sociedade *criolla*.

⁵ Índios amigos eram os grupos submetidos aos *criollos*, que participavam de atividades no exército como a defesa da fronteira contra outros grupos de índios.

⁶ *Tolderías* eram as habitações indígenas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

militares (PASSETTI, 2012, p. 228). Nesse contexto, Julio Argentino Roca, na função de chefe de operações de uma das divisões da fronteira, se ocupou em analisar com intelectuais e outros militares, incluindo o próprio ministro Adolfo Alsina, alternativas para a condução atual dos conflitos com os índios do Pampa. Miguel Malarin, militar de carreira, trocou uma série de correspondências com Roca durante os anos de 1876 a 1879, em que os principais assuntos comentados foram a resolução da “questão de índios” e da “questão de fronteiras”.⁷ No final de 1876, Malarin iniciou sua temporada nos Estados Unidos e, no ano seguinte, foi nomeado agregado militar da legação argentina em Washington. Um dos objetivos de sua missão foi encaminhar informações sobre as ações dos norte-americanos contra suas sociedades indígenas, já que esse país se ocupava dessas iniciativas desde a década de 1840. As correspondências entre Malarin e Roca ocorreram de forma constante durante os anos de 1878 a 1879, sendo que a partir de janeiro de 1879, Malarin escreveu de Paris como agregado da legação argentina na França.⁸

A imaginação dos latino-americanos sobre a Europa e os Estados Unidos, colocavam esses lugares como parte de um “mundo civilizado” onde pretendia-se estar em contato para absorver suas experiências (FRANCO, 2018, p. 169). Um mundo idealizado, mas que servia de referências práticas para políticas e ações de governo, no sentido de buscar o “progresso” na América Latina. A visão sobre o outro construída durante a viagem, também influía na construção de sua própria identidade, assim como, dos próprios problemas e questões (Idem, p. 170). Ao observar as práticas dos norte-americanos sobre a situação de expansão das terras indígenas, pensava-se em como solucionar os impasses desse mesmo problema na Argentina, formulando o que poderia ou não ser absorvido da experiência vista nos Estados Unidos.

A divisão de Malarin em “questão de índios” e “questão de fronteira” foi um dos temas principais de suas cartas à Roca. Ao separar essas duas questões, Malarin pretendia ressaltar a necessidade de empreender duas ações diferentes: uma de cunho militar, relacionada as fronteiras e outra de cunho civilizacional, relacionada a incorporação dos índios à sociedade argentina. Dessa forma, o militar colocou a necessidade de planificar as ações de inserção dos grupos indígenas à sociedade argentina, pois considerava que

⁷ Cartas consultadas no Archivo General de la Nación (AGN), Argentina, Fondo Julio A. Roca (JAR), legajo 4 a 8.

⁸ MALARIN para ROCA, Paris, 19.09.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 8.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apenas o enfrentamento militar não seria a melhor forma de acabar com a existência soberana dessas comunidades.

Malarin expunha diversos exemplos de ações dos Estados Unidos para com seus índios, a fim de embasar seu argumento sobre a necessidade de políticas específicas para solucionar a “questão de índios”, como pode ser verificado na citação adiante: *“según el sistema que se ponga en práctica la **cuestión india** será resuelta en 20 años o durará aun siglos; y en esto no hay que hacer ilusión: pero no creo a U. capaz de ella, pues conoce mejor que nadie nuestra historia y del continente norte-americano.”*⁹

A “questão de índios” correspondia ao conjunto de ações destinadas aos índios após as operações militares. Pensar e aplicar formas de recolocação dos índios dentro da sociedade argentina consistia no “verdadeiro problema”, baseado em sua leitura do que ocorria nos Estados Unidos. A imposição militar seria o meio de iniciar a inserção dos índios na sociedade argentina, acabando definitivamente com seus locais de morada, os desertos.¹⁰ Evitar que os índios “vuelvan a las andadas”, conforme expresso na citação abaixo, se relaciona a necessidade de civilizá-los, transformando os seus elementos sociais e culturais. A definitiva inserção dessas sociedades iria depender de ações posteriores e destinadas a “civilizá-los”, o que não era possível apenas com o conflito:

La expedición al desierto no viene a ser así sino un medio de obligar al indio a aceptar nuestros proyectos y en manera alguna la resolución de la parte principal. Sometidos los Pampas es necesario darles ocupación, vestirlos, racionarles, administrarlos, cuidar de ellos y mantenerse en guardia a fin de que no vuelvan a las andadas.¹¹

A opinião de Malarin divergia de outras formas de entender a situação do Pampa, justamente pela separação feita entre a “questão de fronteira”, entendida pela conquista territorial e o avanço da fronteira até o rio Negro, condensado na chamada “Campanha do Deserto” e as ações não-militares, na tentativa de inserir os grupos de índios do Pampa na “civilização”, o que correspondia a “questão de índios”.¹² Malarin chamava a atenção

⁹ MALARIN para ROCA, Paris, 28.01.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7, grifo nosso.

¹⁰ Os desertos possuíam também um sentido figurado de “ausência” de civilização, enfatizando a necessidade de povoá-los com populações consideradas “civilizadas” pela lógica ocidental.

¹¹ MALARIN para ROCA, Paris, 28.01.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7.

¹² Álvaro Barros tem proposta similar ao diferenciar “questão de índios” da “situação de segurança”, compreendida por medidas paliativas para aumentar a segurança dos povoados próximos a fronteira, que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de Roca para essa diferenciação, sendo que a última era a “questão” de resolução mais difícil:

Un punto más serio: me refiero a **la conducta que debe observarse con los Indios sometidos**, entre los cuales pueden contarse con 5.000 viejos, conservadores e imposibles de domesticar. A primera vista parecerá que aún no es tiempo de ocuparse de una cuestión de esa naturaleza, y en esto se seguiría la opinión del Dr. Alsina: pero estoy convencido de que U. no piensa así, y que cree que **el verdadero problema está en lo que se debe hacer de los Indios**.¹³

Em sua visão, um estudo mais profundo da questão indígena nos Estados Unidos seria capaz de fornecer pistas para a resolução desse “problema”: *“me permitire (...) ofrecer a U. ciertos datos sobre el sistema empleado en los Estados Unidos para domesticación de 200.000 Indios, muchos miles de los cuales ofrecen los mismos rasgos que los nuestros.”*¹⁴ Em outras correspondências, o militar descreveu diversas ações dos norte-americanos, como a remoção para outros ecossistemas, o sistema de reservas, a destruição dos animais que serviam para subsistência dos indígenas, entre outros, mostrando como esses se ocupavam de seus “desertos”.

Malarin, portanto, se ocupou de estudar as ações norte-americanas dadas aos índios, no sentido de repensar o modelo empregado pelo Ministério da Guerra e Marinha na Argentina e sugerir mudanças nas conduções das políticas de fronteiras realizadas até então. Observando a situação sob uma perspectiva transnacional, percebe a existência de situações análogas e concomitantes, como a existência de fronteiras étnicas que concorriam com o avanço do Estado Nacional. Por meio desse viajante e de seu relato, percebemos conexões entre esses processos e possíveis influências mútuas. A utilização da perspectiva transnacional, permite ampliar a percepção dos eventos históricos como encerrados em seu espaço nacional (PRADO, 2005, 26-28) e analisando situações de conexão, contato e diálogo entre elas.¹⁵ O contato com o país do norte, levou Malarin a

pode ser encontrado em: Álvaro BARROS, AGN, FJAR, leg. 3, Buenos Aires, 15/05/1876. Mas no geral, Nicolás Avellaneda e Adolfo Alsina coincidem em não diferenciar as duas situações, tratando o avanço da fronteira como uma forma de conter e excluir os índios.

¹³ MALARIN para ROCA, Paris, 28.01.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7, grifos nossos.

¹⁴ MALARIN para ROCA, Paris, 28.01.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7.

¹⁵ A opção por perspectivas como a história transnacional ou história conectada, não exclui, no entanto, outras abordagens como a comparação, mas sim, amplia a análise.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

propor que o fim da autonomia indígena seria resultado das políticas de inserção dos nativos em cidades e áreas rurais argentinas, assim como relatado em sua viagem aos Estados Unidos. Essa medida, foi de fato aplicada pelo governo argentino uma vez conquistados os “desertos”, e se assemelham as ações que seguiram a lei “Dawson”, nos Estados Unidos (HOPKINS, 2020, p. 180).

Além de Malarin, outros personagens do contexto argentino colocaram os Estados Unidos como um modelo a ser seguido pela Argentina. O imaginário positivo sobre esse país se fortaleceu após a unificação nacional na década de 1860, principalmente no que diz respeito à transformação dos “desertos” em “civilização”, ou seja, nas políticas de ocupação sistematizadas dos territórios indígenas. No trecho abaixo, de Juan Bautista Alberdi, extraído de “Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina”, que serviu de base para a constituição de 1852, a imigração de europeus é mostrada como uma forma de transformação dos “desertos do Oeste” dos Estados Unidos em espaços de “civilização” e em conformidade com a “raça” (GREJO, 2006, p. 3) que pretendia-se identificar como nacional, em detrimento da outra “raça” que habitava esses “desertos”, a indígena:

La gloria actual de los Estados Unidos es llenar los desiertos del Oeste de pueblos nuevos, formados de su raza; nuestra política debe apartar de la imaginación de nuestras masas el cuadro de nuestros tiempos heroicos, que representa la lucha contra la Europa militar, hoy que necesita el país de trabajadores, de hombres de paz y de buen sentido, en lugar de héroes, y de atraer a Europa y recibir el influjo de su civilización, en vez de repelerla (ALBERDI, 1852, p. 231).

A analogia entre o “oeste” norte-americano e o “deserto” dos Pampas argentinos implícita no discurso de Alberdi em 1852, também foi verificada posteriormente na década de 1870, durante um momento político em que as fronteiras internas se tornaram prioridades. Para o presidente Nicolás Avellaneda, o país vivia condições internas e externas propícias para fazer essa uma prioridade do governo: “*la cuestión de fronteras es la primera cuestión de todas, y hablamos incesantemente de ella aunque no la nombramos. (...) Suprimir los indios y las fronteras no implica en otros términos sino poblar el desierto.*” (SABATO, 2012, p. 259)¹⁶

¹⁶ Apud Carta de Nicolás AVELLANEDA para Álvaro BARROS, 1875.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Suprimir os índios e povoar os desertos com imigrantes foi um discurso recorrente na segunda metade do século XIX e os Estados Unidos entraram nessa fórmula como um país a ser estudado e eventualmente seguido. A observação das políticas indigenistas do governo argentino em relação a outros contextos globais, reforça que a consolidação do Estado Nacional, bem como, de suas estruturas identitárias, territoriais e étnicas, não era uma questão apenas regional, mas um discurso que esteve em articulação com outras situações semelhantes. A tentativa de encontrar soluções para esses “problemas” relacionam diferentes ambientes, conectados pelas mesmas perguntas.

Na visão de Malarin, as “políticas de extermínio” eram “lentas e caras” e deveriam ser substituídas pela possibilidade do índio se “civilizar”. A questão era encarada dentro de uma lógica burocrática, considerando o que poderia ser mais dispendioso para o Estado, enquanto diferenciava a conquista militar da transculturação dos habitantes do deserto:

El desierto se combate con población una revolución con una contrarrevolución, una invasión de cristianos. El sistema de sangre y fuego (...) no dará nunca otro resultado que agotar el tesoro y perpetuar la resolución del problema – Nada de ejércitos ni fronteras militares; sistema de translación; pueblos indios, policía india, colegios indios mistos, penitenciaria a los indios malos, alejar los caciques y capitanejos de sus tribus, asegurar las mujeres, darles ovejas en vez de vacas, comprarles caballos y dejarlos enteramente libres con uno o dos franciscanos o jesuitas, **hasta que se conviertan en paisanos**.¹⁷

O combate ao deserto, ou seja, ao espaço habitado por diferentes grupos autóctones, mas que não fazia parte do território efetivamente ocupado pela chamada “civilização”, deveria ser “combatido” com políticas combinadas que envolviam a guerra, a imigração europeia, o assentamento de famílias indígenas em missões religiosas e em colônias agrícolas, até que esses índios fossem convertidos em *paisanos* e inseridos à lógica da sociedade que suprimia sua cultura e identidade, enquanto moldava a sua própria. A transformação dos indígenas em “outros internos” (DEL RIO, 2005, p. 17-18) ou em *paisanos* inseridos marginalmente em um novo contexto cultural, foi um processo

¹⁷ MALARIN para ROCA, Washington, 5.05.1878, AGN, fondo JAR, leg. 5, grifos nossos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que deixou repercussões sociais profundas na sociedade argentina (BRIONES, 2007, p. 101).

Conclusões

As estratégias de inserção forçada dos grupos indígenas pelos Estados Nacionais, ansiosos em se apropriarem desses territórios para fecharem definitivamente suas fronteiras internacionais, foram dinâmicas recorrentes de finais do século XIX, em diversas áreas do globo. Ao que tudo indica, os militares argentinos fizeram questão de tomar conhecimento das opções empreendidas por outros países, conectando-se a situações análogas às suas. A observação do outro, servia para refletir sobre a própria experiência, além de fornecer possíveis inspirações para as ações práticas. Malarin, ao viajar para os países que eram tidos como “referências” nas imagens de “civilização” e “progresso”, buscou pontos de inspiração para a resolução das “questões de fronteira” e da “questão de índios”, enviando suas observações para Roca, por meio de relatos epistolares. Podemos inferir, que a colocação de Malarin como adido militar em dois países, Estados Unidos e França, refletia uma intenção dos militares argentinos em se aproximarem das práticas e estratégias empregadas na incorporação dos territórios indígenas e de seus habitantes. Longe de ser uma questão restrita ao contexto nacional, a expansão do Estado às terras autóctones na Argentina, estava conectada a um contexto maior de colonialismo e imperialismo, em que a existência autônoma de sociedades fora dos quadros culturais do Ocidente, não eram admitidos.

A criação das colônias indígenas para realocar os habitantes das terras conquistadas com a Campanha do Deserto (1877-1879), além do exílio para colônias penais e a inserção de mulheres e crianças no trabalho doméstico, foram algumas das formas encontradas para absorver as populações de índios na Argentina. Porém, ao transformar os habitantes das terras conquistadas pelo Estado em “cidadãos”, mesmo que cidadãos não “completos”, sem direito a voto, por exemplo, o Estado por se isentar de efetuar medidas que garantissem uma inserção não marginal dessas populações. Diferentemente do “modelo” executado nos Estados Unidos, o governo argentino não levou a diante projetos de educação indígena, optando por “erradicar a diferença” ao assumir a igualdade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de seus habitantes pelo princípio da cidadania (HOPKINS, 2020, p. 181 e 184). Efetivamente, a “questão de índios” não foi resolvida pelo Estado, que assumiu que tratá-los como os demais argentinos, seria “suficiente” para homogeneizar sua população. Na prática, muitos indígenas argentinos passaram a viver em bairros marginalizados como populações carentes dentro da estrutura capitalista, após a fuga das terras que lhes foram estipuladas, pois, muitas vezes, se tratava de espaços não produtivos (TARQUINI, 2010, p. 130). Assim, a questão de índios permanece na atualidade. Políticas de reparação e de demarcação de terras são demandas do tempo presente, principalmente em países que insistiram em clamar o desaparecimento de suas populações originárias.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina.

Fontes Secundárias:

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852). Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf>

BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009

BECHIS, Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. *Revista Tefros* - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006

DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra de la Frontera: luchas entre indios y blancos (1536-1917)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2010

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Viagens e Relatos*. Representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. São Paulo: Intermeios, 2018

GREJO, Camila Bueno. Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880 – 1920). *XVIII Encontro Regional de História*. ANPUH, Assis, julho, 2006

HOLT, Thomas C. e WADE, Peter. *Race and Nation in modern Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003

HOPKINS, Benjamin D. *Ruling the Savage Periphery: Frontier Governance and the Making of the Modern State*. London: Harvard University Press, 2020

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- JONG, Ingrid, Las Alianzas Políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). In: QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011
- NACUZZI, Lidia. *Identidades Impuestas*. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998
- NACUZZI, Lidia. Introducción. In: NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina P. *Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010
- NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização e barbárie*. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012
- PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*. Política, guerra e traição nas lutas no Sul da Argentina (1852 - 1885). São Paulo: Alameda, 2012
- PASSETTI, Gabriel. *O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)*, 2010, Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010
- PRADO, Maria Ligia C. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, 2, 2005
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel, Writing and Tranculturation*. 2ª ed. New York: Routledge, 2008
- PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 2012
- QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía*. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011
- QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, n. ° 224
- RATTO, Silvia. *Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015
- SAUNIER, Pierre-Yves. *Transnational History*. New York: Palgrave-Macmillan, 2013
- SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, Duke University, 2005
- SEIXLACK, Alessandra. *Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do deserto na Argentina 2017*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017
- TARQUINI, Claudia Salomón. Largas noches em la Pampa. Itinerarios y resistencia de la población indígena (1878-1976). Buenos Aires: Prometeo, 2010
- VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas*. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2009
- WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora na nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 9-36, jan./jun. 2013

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ZEBALLOS, Estanislao. *A conquista de 15 mil leguas*. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878), Buenos Aires: Ediciones Continente, 2008